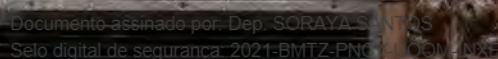
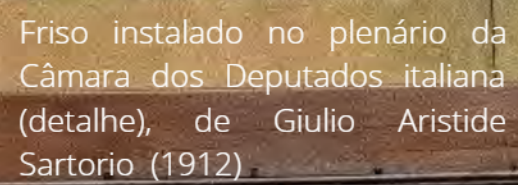


PRÉ-COP 26

Relatório de Participação

Deputada Soraya Santos
Secretária de Relações Internacionais





ANTES DA PRÉ-COP26, UMA CÚPULA IMPORTANTE

Tive a honra de acompanhar o Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira, na 7ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G-20, realizada em 7 e 8 de outubro de 2021. Intitulada "Parlamento para pessoas, planetas e prosperidade", tal evento congregou, nas dependências do Senado italiano, 16 Estados-Membros, além de quatro parlamentos convidados.

Na ocasião, Arthur Lira, lembrou o protagonismo dos parlamentos na superação da crise sanitária pela qual passa o mundo. Acentuou, ainda, o papel do Congresso Nacional ao providenciar legislação e recursos para o enfrentamento da pandemia, como a votação remota dos parlamentares, a Emenda Constitucional nº 109, a chamada PEC da Guerra, e o Auxílio Emergencial, a liberação de recursos para estados e municípios, e a quebra temporária das patentes da vacina para uso emergencial.

Foi destaque na fala do Presidente Arthur Lira o avanço da imunização no País e o fortalecimento das funções de fiscalização dos governos e de divulgação de informação para a sociedade. Todos os pronunciamentos do Presidente da Câmara dos Deputados foram reproduzidos no relatório em tela (p. 12-19).





A PRÉ-COP26

A Reunião Parlamentar Pré-COP26 teve por objetivo promover uma ampla discussão entre os principais atores políticos de todo o mundo, gerando mecanismos e propostas facilitadoras do trabalho desafiador a ser desenvolvido no curso da 26ª Conferência das Partes sobre a Convenção das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (COP26).

A COP26, que será sediada pelo Reino Unido, em Glasgow, Escócia, entre os dias 31 de outubro a 12 de novembro, reunirá mais de trinta mil delegações, incluindo chefes de Estado, especialistas em clima, empresas e ativistas.

Na oportunidade se avaliará o cumprimento das seguintes metas assumidas por 195 países signatários do Acordo de Paris, dentre eles o Brasil: manter o aumento da temperatura global abaixo dos 2° C e avançar para cenários climáticos e energéticos que contribuam para limitá-lo a 1,5° C, incluindo a produção de energia renovável. Certamente temos uma oportunidade única para formular planos concretos em um momento em que a crise climática é mais severa do que nunca.

Esse encontro em Roma, destinado a parlamentares, fez parte de uma série de eventos pré-COP26 sediados pela Itália em parceria com o Reino Unido, sendo concluída com a aprovação de documento encaminhado para a Conferência de Glasgow, e constante no presente relatório (p. 21-25).





Documento assinado por: Dep. SORAYA SANTOS
Selo digital de segurança: 2021-BMTZ-PNCV-UOQM-INXE.

O PARLAMENTO BRASILEIRO NA PRÉ- COP26

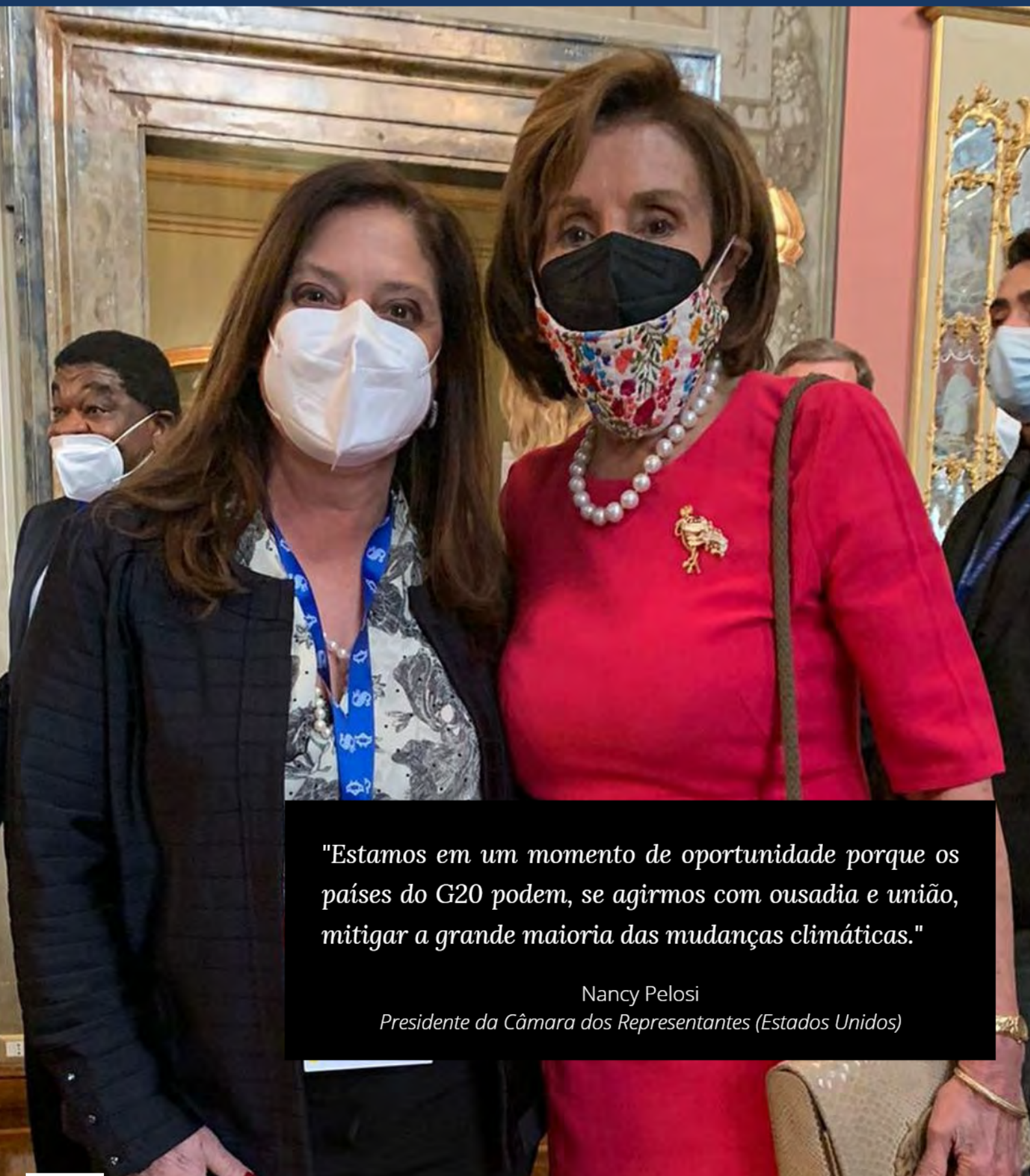
Realizada nos dias 8 e 9 de outubro, nas dependências do Palazzo Montecitorio, sede da Câmara dos Deputados italiana, a Reunião Parlamentar Pré-COP26 congregou parlamentares de 75 países.

A delegação brasileira, foi por mim composta, fruto de convite realizado pelo presidente da União Interparlamentar (UIP), deputado Átila Lins, também presente, e pelos seguintes parlamentares: deputados Claudio Cajado, Elmar Nascimento, Marcos Pereira; as senadoras Eliane Nogueira e Kátia Abreu, e senadores Irajá e Jaques Wagner.

Acompanharam, ainda, as atividades da delegação a embaixadora Claudia Buzzi, Chefe da Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional (AFEPA), e o embaixador do Brasil na Itália, Hélio Ramos.

.

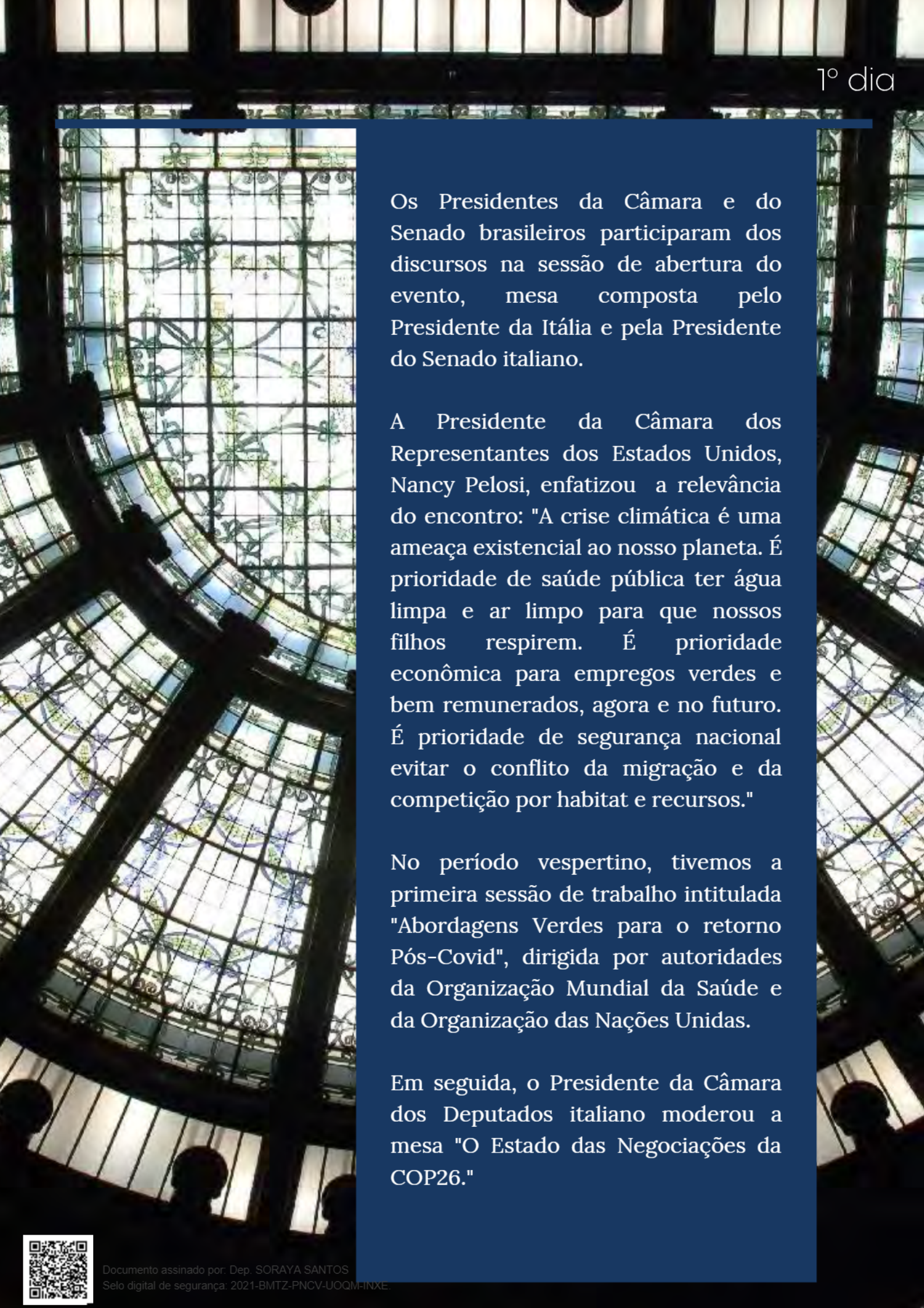




"Estamos em um momento de oportunidade porque os países do G20 podem, se agirmos com ousadia e união, mitigar a grande maioria das mudanças climáticas."

Nancy Pelosi
Presidente da Câmara dos Representantes (Estados Unidos)





Os Presidentes da Câmara e do Senado brasileiros participaram dos discursos na sessão de abertura do evento, mesa composta pelo Presidente da Itália e pela Presidente do Senado italiano.

A Presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, enfatizou a relevância do encontro: "A crise climática é uma ameaça existencial ao nosso planeta. É prioridade de saúde pública ter água limpa e ar limpo para que nossos filhos respirem. É prioridade econômica para empregos verdes e bem remunerados, agora e no futuro. É prioridade de segurança nacional evitar o conflito da migração e da competição por habitat e recursos."

No período vespertino, tivemos a primeira sessão de trabalho intitulada "Abordagens Verdes para o retorno Pós-Covid", dirigida por autoridades da Organização Mundial da Saúde e da Organização das Nações Unidas.

Em seguida, o Presidente da Câmara dos Deputados italiano moderou a mesa "O Estado das Negociações da COP26."







Após audiência com o Papa Francisco no Vaticano, em que o mesmo enfatizou o importante papel dos parlamentares na "tarefa de orientar os comportamentos", estabelecendo "regras de conduta permitidas à luz do bem comum", os deputados e senadores brasileiros se reuniram às demais comitivas no âmbito das sessões de trabalhos, todas elas gravitando em torno da adoção de estratégias destinadas a potencializar o trabalho a ser elaborado durante a COP26.

O deputado Marcos Pereira, primeiro parlamentar brasileiro a discursar no evento, ressaltou as ações levadas a cabo pela Câmara dos Deputados, em particular a aprovação recente do Marco Legal de Energia Elétrica, que permite aos consumidores que já possuem sistema de geração distribuída a isenção de cobranças até 31 de dezembro de 2045.

A senadora Kátia Abreu, também durante a 2ª sessão, registrou a atual liderança do Brasil em energia limpa – 85% de toda a eletricidade são provenientes de fontes renováveis –, e destacou o aumento de 184% de dotação orçamentária de 2021 em relação ao ano anterior, destinado a reforçar as atividades dos órgãos ambientais federais em defesa de nossos biomas, particularmente a Amazônia.

Finalmente, o senador Jaques Wagner, na 4ª sessão, mencionou duas importantes iniciativas do Senado na área climática: a instalação do Fórum da Geração Ecológica e o lançamento, na própria COP26, do Observatório de Legisladores, com o apoio de Casas Legislativas de oito países latinoamericanos.

Ao final da Pré-COP26, foi aprovado por consenso o Projeto de Declaração Preliminar, a ser apresentado no dia 7 de novembro na COP26 (em anexo), em que se reconhece a transversalidade das questões ambientais e a relevância das tratativas em Glasgow para salvaguardar o planeta.



Discursos do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira



Sessão I – Resposta à Crise Social e do Emprego causada pela Pandemia

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, DEPUTADO ARTHUR LIRA

Senhora Presidente do Senado da República,
Senhor Presidente da Câmara dos Deputados da Itália,
Senhor Presidente da Assembleia da União Interparlamentar,
Colegas Parlamentares,
Senhoras e Senhores,

Gostaria de iniciar este pronunciamento agradecendo a hospitalidade e a liderança do Parlamento italiano ao promover esta Conferência, que é de extraordinária importância.

Neste momento crítico – em que países e parlamentos do mundo se irmanam no luto por suas perdas, no combate ainda acirrado à pandemia da Covid-19 e no esforço para controlar prejuízos dela decorrentes – esta possibilidade de diálogo fortalece nossa crença em que a vitória sobre os atuais desafios está associada à cooperação entre as nações.

A grave crise sanitária que atravessamos criou obstáculos inéditos para a realização de nossas funções parlamentares. No entanto, é em situações de instabilidade extrema que os parlamentos se fazem mais necessários.

Por isso, quando o Brasil foi chamado a agir diante da iminência da chegada do novo coronavírus ao País, a Câmara dos Deputados assumiu, com diligência, o papel de providenciar legislação e recursos para apoiar a nossa resposta nacional.

A essa função somaram-se outras igualmente relevantes: fiscalizar a condução da crise pelo governo, avaliar suas ações e manter a população informada, fortalecendo o clima de calma e confiança entre todos.

A Câmara dos Deputados, nos primeiros dias após o reconhecimento da pandemia pela Organização Mundial de Saúde, estabeleceu sistema de deliberação remota, que permitiu o funcionamento ininterrupto da Casa, com deliberações virtuais e voto remoto dos parlamentares, em sessões híbridas no Plenário, transmitidas ao vivo por mídias diversas.



Graças a essa rápida adaptação, foi possível aprovar, ainda em fevereiro, lei que dotou o governo de instrumentos para enfrentar a emergência pública causada pelo novo coronavírus, incluindo medidas sanitárias e administrativas.

O Congresso brasileiro autorizou o uso de telemedicina em caráter emergencial, a quebra temporária de patentes de vacinas e insumos em períodos de emergência ou estado de calamidade pública e a liberação de recursos aos entes federados para ações de combate à pandemia.

Em março de 2020, o Legislativo aprovou a flexibilização das regras fiscais, de modo que os gestores pudessem realizar os gastos demandados pela situação emergencial. Em maio do mesmo ano, parlamentares aprovaram emenda constitucional que autorizou instrumento análogo a um “Orçamento de Guerra” a ser utilizado no enfrentamento da Covid-19.

A flexibilização orçamentária permitiu a aprovação de mais de 100 bilhões de dólares em gastos adicionais em 2020 com a saúde, auxílios emergenciais pagos à população mais vulnerável e apoio a empresas.

Segundo o Fundo Monetário Internacional, em um total de 58 economias, o Brasil foi a 15ª que mais realizou gastos adicionais como proporção do PIB em 2020, desembolsando 9,2% do PIB em resposta a crise sanitária e socioeconômica.

O parlamento brasileiro tem se empenhado em atuar sob o signo da sustentabilidade. Os programas de transferência de renda aprovados pelo Legislativo equivaleram a mais da metade dos gastos adicionais com a pandemia em 2020, beneficiaram mais de 65 milhões de pessoas e foram responsáveis por conter o agravamento da pobreza durante este período.

Conscientes da importância de proteger o trabalhador ameaçado pela crise, aprovamos o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, custeado pela União, iniciativa que beneficiou 9,8 milhões de trabalhadores brasileiros.

Considerando também as dificuldades dos empregadores, o Legislativo aprovou programa de crédito para a folha salarial, com oferta de juros reduzidos condicionada à manutenção de empregos. A iniciativa alcançou 131 mil empresas e beneficiou 2,6 milhões de empregados.

Foi fundamental a atuação do Congresso brasileiro na produção legislativa demandada pela conjuntura decorrente da pandemia. Na Câmara dos Deputados, foram aprovadas cerca de cem normas relacionadas à Covid-19.



almente, tramitam em torno de mil proposições legislativas sobre o tema.

Documento assinado por: Dep. SORAYA SANTOS

Selo digital de segurança: 2021-BMTZ-PNCV-UOQM-INXE.

Quanto ao exercício das funções parlamentares de fiscalização e divulgação de informações para a sociedade, destacamos, na Câmara dos Deputados, as atuações da Comissão Externa Destinada a Acompanhar as Ações Preventivas da Vigilância Sanitária e Possíveis Consequências para o Brasil quanto ao Enfrentamento da Pandemia Causada pelo Coronavírus (CEXCORVI) e da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

O avanço da imunização no País tem nos permitido olhar com esperança para o futuro. Diante de desafios como desemprego, inflação, insegurança alimentar, déficit educacional e ameaça da extrema pobreza, o parlamento brasileiro estuda instrumentos para melhorar as condições de vida da nossa população, promovendo políticas sustentáveis que busquem o crescimento econômico e a justiça social.

Em consonância com essa perspectiva, aprovamos a Emenda Constitucional nº 109, de 2021, que estabelece regras de consolidação fiscal compatíveis com o pagamento de novo auxílio emergencial sem comprometimento das finanças públicas e da moeda nacional.

O parlamento avalia, no momento, a reformulação do principal programa de transferência de renda do País e a criação de novas ações voltadas para educação, esporte, ciência, inclusão produtiva rural e urbana, agricultura familiar e segurança alimentar.

Nesta oportunidade, fortalecido pelo sentimento positivo de coletividade global que ora nos une, quero reafirmar o compromisso contínuo do parlamento brasileiro com a luta por um futuro mais próspero, fraterno, justo e sustentável para nosso País e para todas as nações do Planeta.

Muito obrigado.



Sessão II – Reiniciando o Crescimento Econômico em termo de Sustentabilidade Social e Ambiental

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, DEPUTADO ARTHUR LIRA

Senhor Moderador,
Colegas parlamentares,
Senhoras e Senhores,

O tema desta sessão se ajusta bem ao momento em que é realizada esta Cúpula. Conforme a vacinação avança em todo o mundo, é preciso que voltemos a pensar no futuro, na retomada econômica e no cumprimento de nossos compromissos ambientais.

Para o Brasil, tais objetivos são de suma importância. Como país em desenvolvimento, precisamos crescer para retirar pessoas da pobreza e dar oportunidades de vida digna a todos os nossos cidadãos. Ao mesmo tempo, temos consciência do papel que todo país, inclusive o nosso, tem a desempenhar na busca por conter as mudanças climáticas globais.

Nenhum país conhece melhor o valor de conciliar esses dois objetivos que o Brasil. Somos conhecidos por ser uma das grandes economias emergentes do mundo, e também por abrigar algumas das paisagens naturais mais exuberantes do planeta. Queremos que essas continuem a ser nossas qualidades de destaque.

Os empresários brasileiros têm consciência de que a intensificação das mudanças climáticas só traria prejuízos à nossa prosperidade nacional. Fenômenos meteorológicos extremos, como secas ou geadas, apenas destroem as riquezas geradas pela agricultura, uma das grandes vocações da economia brasileira.

Por isso, a sociedade está cada vez mais convencida da necessidade de ação urgente contra a emergência climática. Tal convicção já está dando frutos no trabalho da Casa Legislativa que presido.

Mesmo ocupada com as medidas imediatas de resposta à pandemia, a Câmara dos Deputados não deixou de preparar, ao longo dos últimos dois anos, as condições para que a retomada econômica brasileira seja marcada pelo

gresso rumo aos objetivos do Acordo de Paris e da Agenda 2030.



Em janeiro de 2021, foi instituída uma Política Nacional de Pagamento de Serviços Ambientais, que estimula atividades individuais e coletivas voltadas à manutenção dos ecossistemas. Além disso, no que concerne especificamente à preservação das florestas, assunto de grande atenção internacional, a Câmara dos Deputados está deliberando uma nova lei relativa ao assunto, orientada pelo trabalho de uma Comissão que, ao longo do último ano, acompanhou a estratégia nacional de combate a queimadas.

A Câmara também vem buscando aprimorar a matriz energética brasileira. Está em deliberação e deve ser aprovado ainda este ano projeto que regulará o mercado brasileiro de créditos de carbono. Além disso, já foi aprovado, e agora está sob exame do Senado brasileiro, um projeto que regula e incentiva a instalação de pequenas centrais geradoras de energia a partir de fontes limpas e renováveis.

Todas as normas e propostas citadas têm o mérito de reconhecer, como o lema deste encontro, que o compromisso com o planeta deve ser também um compromisso com as pessoas. As metas ambientais que o mundo se propõe só serão alcançadas se forem implementadas com foco nas pessoas, apoiando sua adaptação à nova economia, criando empregos verdes e ampliando as oportunidades para todos, em especial nos países em desenvolvimento.

Os parlamentares brasileiros continuarão buscando modernizar a legislação nacional a fim de alinhar o país aos mais audaciosos objetivos de sustentabilidade ambiental. O Brasil quer apoiar e ser apoiado pela comunidade internacional na construção de um futuro melhor para esta e para as próximas gerações. A pandemia mostrou que desafios globais só podem ser superados pela cooperação de todos, sem deixar ninguém para trás.

Muito obrigado.



Sessão III – Sustentabilidade e Segurança Alimentar no pós-Pandemia

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, DEPUTADO ARTHUR LIRA

Senhor Moderador,
Colegas Parlamentares,
Senhoras e Senhores,

Como não poderia deixar de ser, num mundo interconectado como o nosso, a emergência sanitária decorrente da disseminação da Covid-19 afetou todas as Nações do planeta e sua superação exige um esforço comum em que os países de economia mais forte partilhem seus recursos e expertise com os Estados nacionais que enfrentam maiores dificuldades.

Neste momento, quero informar os Senhores e as Senhoras sobre o que o Parlamento brasileiro tem feito para garantir a sustentabilidade e a segurança alimentar durante a pandemia do novo coronavírus.

Já no dia 7 de abril de 2020, aprovamos a Lei nº 13.986, batizada de “Lei do Agro”. Este dispositivo legal modernizou o sistema de financiamento privado do agronegócio, facilitando o acesso a recursos e buscando a redução das taxas de juros e de encargos.

Menos de três meses depois, o Parlamento aprovou a Lei nº 14.016, que dispõe sobre medidas para o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Este dispositivo legal autoriza estabelecimentos como bares, lanchonetes, cooperativas, restaurantes e supermercados a doarem alimentos para o consumo de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em agosto de 2020 foi a vez de aprovarmos a Lei nº 14.048, batizada de Lei Assis Carvalho, que trata de medidas emergenciais de amparo a agricultores familiares.

Em março deste ano, com a Lei nº 14.130, criamos os Fundos de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), instrumento de captação de recursos para o agronegócio no mercado financeiro.

A Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, dispõe sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Documento assinado por: Dep. SORAYA SANTOS

Selo digital de segurança: 2021-BMTZ-PNCV-UOQM-INXE.



Essa possibilidade de renegociar suas dívidas deu fôlego a milhares de agricultores do País, permitindo a manutenção da sua atividade produtiva.

Apenas doze dias depois, aprovamos a Lei nº 14.177, que ampliou o prazo para a ratificação dos registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados e faixa de fronteiras.

A necessidade de promovermos a sustentabilidade do planeta também mereceu especial atenção do Parlamento brasileiro. Como disse em minha intervenção precedente, aprovamos em 2021 a lei que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

A regulamentação do pagamento por serviços ambientais é um importante incentivo à conservação e ao desenvolvimento sustentável. O pagamento pelos serviços ambientais poderá ser feito de diversas formas, não apenas por retribuição pecuniária como também pela prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas, dentre outras modalidades.

Senhoras e Senhores

Podemos afirmar, com muita satisfação, que este arcabouço legal aprovado de maneira célere e decidida pelo Parlamento brasileiro foi decisivo para que conseguíssemos atenuar os efeitos da crise sanitária.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) da Agropecuária registrou alta de 2% em 2020, em relação ao ano anterior. Em 2019, a participação do setor no PIB foi de 5,1%; em 2020, esta participação subiu para 6,8%.

Da mesma forma, a balança comercial das exportações brasileiras do agronegócio somou mais de 100 bilhões de dólares em 2020, um crescimento de 4,1% na comparação com 2019. No acumulado deste ano, até junho, o agronegócio exportou mais de 61 bilhões de dólares, ultrapassando em 20,9% o volume comercializado no mesmo período do ano passado.

Estes são resultados que nos dão grande satisfação, uma vez que temos plena consciência da importância estratégica da produção alimentar brasileira para o planeta. E temos nos empenhado, fortemente, para que esta oferta extraordinária de alimentos, que tanto tem contribuído para minimizar a fome no mundo, seja produzida de forma cada vez mais sustentável.

Este é um compromisso que norteia toda a produção legislativa do Parlamento brasileiro.

Obrigado.



Proposta da Declaração final da Pré-COP26





Inter-Parliamentary Union
For Democracy For everyone



Senato
della Repubblica



Camera
dei
deputati

PARLIAMENTARY MEETING ON THE OCCASION OF THE UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE CONFERENCE (COP26)

7 November 2021, Glasgow

Revised draft outcome document to be presented for adoption at the Pre-COP26 Parliamentary Meeting in Rome Italy, 8-9 October 2021

The Parliamentary Meeting on the occasion of the United Nations Climate Change Conference (COP26) will take place on 7 November 2021 in Glasgow, United Kingdom. The Meeting is expected to adopt an outcome document. The Meeting co Rapporteurs, Ms. Alessia Rotta, appointed by the Italian Parliament, and Mr. Alex Sobel, appointed by the British Group of the IPU, have revised the preliminary draft of the outcome document, based on amendments submitted within the deadline. This revised draft outcome document will be presented for adoption at the Pre-COP26 Parliamentary Meeting in Rome, Italy, on 8-9 October 2021. Further comments and observations to the revised draft document adopted in Rome can be sent to the IPU Secretariat by 22 October at the latest. The final outcome document will be finalized and adopted at the closing session of the Parliamentary Meeting at COP26 in Glasgow.

1. We, parliamentarians from around the world, gathered in Glasgow at the Parliamentary Meeting on the occasion of the 26th Session of the Conference of the Parties (COP26) to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), express deep concern that the need to act on the climate crisis is becoming ever more urgent, and seek to amplify international calls for concerted and coordinated climate action by all States. We strongly urge all Parties to make COP26 a turning point by adopting and implementing ambitious commitments for a green, inclusive and sustainable pandemic recovery which also ensures global temperature increase does not exceed 1.5°C.

2. Under the auspices of the Inter-Parliamentary Union (IPU) and following the agreements achieved at the Parliamentary Meeting in preparation of the United Nations Climate Change Conference (COP26) at the Italian Parliament, we have assembled at the parliamentary meeting on the occasion of COP26 in Glasgow under the UK Presidency on 7 November 2021. Our position is founded on the scientific findings of the Intergovernmental Panel on Climate Change, including its Sixth Assessment Report published on 9 August 2021, which shows that greenhouse gas emissions from previous human activity are responsible for approximately 1.1°C of warming. In addition, the report states with virtual certainty that irreversible change is already underway, and that the global temperature is expected to reach or exceed 1.5°C of warming by 2040.



3. This rise in temperature would trigger irreversible damage to our planet and endanger biodiversity. The threat of such dire consequences, including for human health and well-being, drives our common determination for action. To this end, we endorse the objective of the Paris Agreement under the UNFCCC to keep the global temperature rise well below 2°C above pre-industrial levels, and strongly support the requirement to secure net-zero greenhouse gas emissions by 2050. Net-zero can only be achieved through international collaboration, holding all nations to ambitious commitments based on the principles of equity, common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in light of different national circumstances. This should include supporting innovation, and strengthening transparency and accountability, notably through parliamentary oversight and legislative scrutiny.

4. Parliaments, with their core legislative, oversight, budgetary and representation functions, are key to ensuring the implementation of the climate change objectives contained in the Paris Agreement, under the auspices of the UNFCCC, as well as climate change related components of the Sustainable Development Goals. Parliaments are essential for the translation of international climate change commitments into country-level action, and as climate change is a global issue which transcends borders, strong inter-parliamentary cooperation is crucial for finding global solutions that ensure all countries are able to meet these unavoidable challenges. Accounting for the diversity of our parliaments' mandates and functions, parliamentarians can also be guided by common working methods and norms, including those facilitated and promoted by the IPU. We call upon all parliamentarians to use these tools to ensure that their countries' national climate commitments and international obligations are transparently scrutinized, widely debated and, most importantly, upheld in full.

5. We encourage parliaments to share best practice for undertaking climate impact assessments of all legislation as a matter of routine procedure. Such requirements for greater environmental accountability should empower parliaments in their work to encourage increased public and private sector funding for research and development, and wider utilization of clean energy technologies. The economic and social benefits of investing in green technologies to support renewable energy, sustainable farming and electric vehicles are now clear and unquestionable and should be central to the economic planning and development goals of all nations.

6. We note that parliaments in some countries have declared the existence of a "climate change emergency", which has emboldened governments to be more ambitious in their environmental goals. Initiatives such as these and other inclusive public outreach mechanisms, like people-led "climate committees", which often work in cooperation with non-governmental organizations, grassroots movements and climate activists, help underscore the value of parliamentary voices. Parliamentary dialogue and diplomacy through the IPU and other relevant parliamentary organizations is key to raising awareness of the complexities of the challenge and the need for urgent action to address the serious impacts occurring right now in our communities.

7. As legislators, we must ensure our countries can take full advantage of the opportunities for a green post-COVID-19 recovery. While the pandemic exacerbated existing vulnerabilities and inequalities, particularly for women and girls, marginalized groups and indigenous communities, it also helped reaffirm the importance of an inclusive, equal and sustainable society. Post-pandemic recovery and rebuilding strategies provide an essential opportunity to advance green solutions to both national challenges and common international objectives that we cannot afford to miss. The agreed undertakings addressing climate challenges can guide us towards a sustainable recovery, now being better prepared and determined to "build back better" for the benefit of all. These goals can also be met by changing our habits, reducing waste, and encouraging a circular economy and short supply chains. All countries were required to submit enhanced Nationally Determined Contributions of increasing ambition, updated to reflect revised plans to address changed circumstances created by the pandemic and its impacts. If the last two years have taught us anything, it is that "prevention is better than cure", applying equally to our own health as it does to the health of our planet.

8. We must also recognize that biodiversity loss and climate change increase the risk of zoonotic transmission, the consequences of which can lead to serious disease outbreaks and pandemics. Climate change and global biodiversity loss, therefore, pose a significant risk to public health and



human well-being. By adopting circular economy models and using natural resources sustainably and responsibly, we can protect against future pandemics and better shield populations. To this degree, we recognize that the pressures placed on health services, particularly those of low-income countries, can be alleviated by green policy measures, complementing efforts to improve access and equity through a movement towards universal health coverage (UHC).

9. We recognize that environmental issues are cross-cutting, with implications for all social, economic and security policies, and climate justice and intergenerational equity must be central to achieving all our national goals and ambitions, with particular attention to the needs of the most vulnerable and marginalized groups in our societies. We note that the global pandemic has created an incentive for countries to adopt more inclusive and sustainable models of urbanization and consumption to drive economic recovery, enhance social cohesion and address climate change challenges. This can be achieved through more effective town and rural planning, harnessing the potential offered by digitalization to provide and receive services online, reducing the need to travel and, as a result, cutting emissions. Sustainable urban development measures are also vital to address climate impacts on slum-dwelling communities due to their specific vulnerabilities.

10. Climate change poses a serious risk to human security at many levels. Greater climate ambition can be key to securing stability, avoiding or mitigating conflict, preventing climate-induced migration, and resolving national and regional conflicts and crises. Preventing further climate change can also be a crucial factor in securing a new and more inclusive wave of multilateral participation, while driving support for the economic and social growth of developing countries. Special attention must be paid to Small Island Developing States (SIDS) and States susceptible to serious, if not existential, risk because of specific geographic or climatic vulnerabilities. Sea-level rise, extreme weather events, natural hazards, drought, rapid glacial melt, wildfire and flood all exacerbate development challenges and erase decades of social and economic progress. Due attention must be paid to water resource issues, as a vital part of any global effort to address the impacts of climate change. In the same regard, there must be greater priority accorded to the protection of oceans by integrating policy on climate change, mitigation and adaptation, maritime security, fisheries, and ocean biodiversity as part of a cohesive global approach, particularly to better serve the longer-term interests of SIDS and coastal communities.

11. We strongly support the goal of reaching net-zero. At the same time, we are aware of the challenges surrounding its achievement. We recognize the necessity for governments to have varied targets and individual climate plans based upon national and local circumstances. However, this provision for varying levels of ambition should not undermine efforts to achieve net-zero, and we would be concerned if carbon leakage occurred as a result. We recognize the important role of putting a price on carbon emissions to achieve reductions and encourage all countries to do so based on their respective national circumstances. Another risk to climate ambition is transnational emissions, which so far have not been accounted for in international negotiations, particularly those of the aviation and shipping industries. This is also relevant to the environmental impacts of global trade, which must be a core factor considered in future multilateral trade negotiations at the World Trade Organization (WTO), including that such agreements incentivize green trade and endorse renewable energy.

12. We call for the introduction of a mechanism to calculate transnational emissions which fairly and transparently apportions national responsibility accounting for these emissions in assessing global reductions. We also strongly support the creation of a transnational mechanism to monitor adherence to greenhouse gas emission reduction targets, welcoming the contribution which will be made by the first UNFCCC Global Stocktake, publishing its findings in 2023. The adoption of an equitable emissions trading system through the finalization of Article 6 of the Paris Agreement will provide an important mechanism to counteract climate dumping and provide for functioning global carbon markets to enable achievement of collective emissions reductions targets.

13. It is essential that we mobilize sufficient climate finance at COP26. We call for increased financing for developing countries, especially those that are particularly vulnerable to the adverse effects of climate change and have significant capacity constraints, such as least developed countries and SIDS, so that these countries can adapt and mitigate the effects of climate change, to which they are vulnerable. We call on developed countries to meet their existing climate commitments, in particular the goal of jointly mobilizing USD 100 billion each year in order to improve confidence in



funding commitments, taking into account the negotiations that will begin during COP26 on the new collective quantified funding goal from a floor of USD 100 billion a year. As an urgent necessity, we support a significant shift and enhancement in financial, technological and capacity-building assistance for developing countries towards adaptation rather than mitigation and attention to avoiding any obstacles to such countries accessing dedicated climate-related financing and support.

14. We urge countries to rethink the international financial architecture through innovative mechanisms. The multilateral climate finance architecture must be fair, transparent, equitable, and based on the principle of common but differentiated responsibilities. It must recognize and ensure the predictability and availability of sufficient financial resources to meet the needs and priorities identified by developing countries, both for mitigation and adaptation. New and additional climate finance resources are important. Some innovative instruments could include the mobilization of concessional and non-reimbursable resources channelled through multilateral and bilateral banks with agile and transparent processes, payments for ecosystem services and debt swaps for climate action. In addition, the reallocation of Special Drawing Rights could be considered.

15. Sustainable finance should create a level playing field for vulnerable countries making significant steps in utilizing the UNFCCC's Santiago Network for Loss and Damage, as part of the Warsaw International Mechanism, in order to advance activities to avert, minimize and address loss and damage as part of an inclusive, comprehensive and ambitious COP26 outcome. We recognize the additional burden that high levels of public debt place on developing countries, particularly SIDS. Likewise, it is necessary to establish frameworks and mechanisms to deal efficiently, equitably and predictably with situations of unsustainable debt. We call for greater fiscal space to be granted and for debt sustainability to be guaranteed so that these States can meet their climate policy commitments.

16. We emphasize the role that science and technology play in implementing policies that support adaptation and mitigation. More specifically, the development of Artificial Intelligence (AI) predictive models can increase our understanding of complex climate change phenomena and the future consequences they may have, all the while protecting the rights and freedoms of our citizens, including privacy rights. We welcome investment in, and use of, such scientific and technological resources to assist energy transition, adaptation and mitigation policies and projects, and support comprehensive efforts to ensure appropriate technology transfer to developing countries, including vulnerable States. While the opportunity to secure a net-zero pathway is narrowing, it is still possible to achieve with the immediate and large-scale deployment of green, safe, sustainable and efficient energy technologies, combined with an international commitment to accelerate research and innovation. As stated in the most recent report by the International Energy Agency (IEA), a fast and large-scale energy transition cannot be achieved without citizen engagement. The support and participation of citizens is essential to ensure the adoption and financing of green and sustainable alternatives, including taking full advantage of advances in renewable energy.

17. Climate change also poses a significant threat to global food security, which is a particular concern for the world's most vulnerable populations and indigenous peoples. Any loss in biodiversity, as well as changing weather patterns, reduces crop yields and results in food shortages. At the same time, agriculture is one of the main drivers of biodiversity loss and climate change, adversely affecting food security. The global response to climate change today, therefore, determines how we feed future generations tomorrow. Such food insecurity makes it impossible to eradicate poverty, improve nutrition and achieve the Sustainable Development Goals. We strongly support the Food and Agriculture Organization's strategy on adaptation and mitigation in agricultural sectors and call for a global commitment to its principles of assisting the transformation of farming methods in developing countries as a key to climate action. At the same time, we stress that designing sustainable, healthy, diverse and resilient food systems will determine our progress in reaching our climate and biodiversity goals. We therefore support the outcomes of the United Nations Food Systems Summit and highlight the need for further ambitious actions towards sustainable food systems globally.

18. United by our common goals and purpose as parliamentarians, we have gathered in Glasgow in parallel to COP26 to reiterate our abiding commitment to democracy and multilateralism in the long-standing spirit of the IPU. We utilize the IPU's standing as the world's oldest multilateral political organization, founded on the important principle that international cooperation and dialogue are the most effective means to address our common global challenges, as our platform to send a clear and



unequivocal message. Faced with the existential threat of climate change to many of the most vulnerable people in our countries and as nations emerge from the darkest days of the COVID-19 pandemic with renewed vision and resolve to "build back better", we urge our respective national leadership and expert negotiators to seize the moment in Glasgow. An emergency confronts us and it is imperative we take the fullest advantage of the United Kingdom's leadership and commitment as COP President, in partnership with Italy, to resolve all outstanding issues from the Paris Agreement and act to attain the highest level of ambition to protect the planet and safeguard the security and prosperity of our citizens, now and for future generations.



